

com PRAZO: *30 dias*
(26/4/75)

Vencível em: 23/JUL/79

AB
Diretor Legislativo

Em 31 de maio de 1975



Câmara Municipal
de
Jundiaí

Interessado: COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 105

Assunto: Aprova as contas do exercício de 1.975 da Mesa da Câmara Municipal, da DAE, da Faculdade de Medicina de Jundiaí e da Escola Superior de Educação Física de Jundiaí, e rejeita as da Prefeitura Municipal.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 177

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

ARQUIVE-SE

[Signature]

DIRETOR

EM 10 de 09 de 1979

Clas.

Proc. N.º **14662**

P.C.
13



Câmara Municipal de Jundiaí
São Paulo

FLS. 3
PROJ 14662
AG

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ
Sala das Sessões
Apresentado à Mesa em 05/06/1979
<i>[Signature]</i>
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ
PROTÓCOLO DATA
014662 3 MAI 79
CLASSIF.

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ
<u>APROVADO</u>
Sala das Sessões, em 13/05/1979
<i>[Signature]</i>
Presidente

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 205

Art. 1º Ficam aprovadas as contas do exercício de 1975 da Mesa da Câmara Municipal de Jundiaí, do Departamento de Águas e Esgotos, da Faculdade de Medicina de Jundiaí e da Escola Superior de Educação Física de Jundiaí.

Art. 2º Ficam rejeitadas as contas do exercício de 1975 da Prefeitura Municipal de Jundiaí.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das sessões, 31-5-1979.

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

[Signature]
ANTONIO TAVARES

DUILIO BUZANELI

[Signature]
EXCELENTÍSSIMO SENHOR
ARLINDO ALVES

[Signature]
LÁZARO DE ALMEIDA

/az

215x315 mm

L.S. 3
PROC 19662
AB

com PRAZO: 90 dias
Vencível em: 23/JUL/79
[Signature]
Diretor Legislativo
Em 24 de Agosto de 1979



**Câmara Municipal
de
Juundiá**

Interessado: MESA DA CÂMARA MUNICIPAL

Assunto: ofício GCM-2-80/79, encaminhando o parecer prévio do

Tribunal de Contas do Estado sobre as contas municipais do exercício de 1975.

Cla

Proc. N° 44.647



FLS. 24
PROC 19662
06

FLS.
19662
06

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE SÃO PAULO

SEGUNDA DIRETORIA DE EXAME DE CONTAS MUNICIPAIS

G C M -2.
OF. ~~XXXXXX~~. nº 80/79
TC-4085/76

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ	
PROTOCOLO DATA	
014647	24/03/79
CLASSIF.	

São Paulo, 16 de abril de 1979.

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para os fins previstos no artigo 90, item VII, da Constituição do Estado, combinado com o artigo 25, item IV, da Lei Orgânica dos Municípios (Decreto-Lei-Complementar nº 9, de 31.12.69), o processo de prestação de contas, bem como o anexo a ele vinculado e respectivo parecer prévio, emitido pela Colenda primeira Câmara deste Tribunal, em sessão realizada a 29 de dezembro de 1978 relativa as contas do exercício de 1975, apresentadas pelos órgãos do Governo desse Município.

Apresento a Vossa Excelência os protestos de distinta consideração.


LUIZ CARLOS OLIVEIRA

Diretor Técnico

Ao Excentissimo Senhor
Presidente da Câmara Municipal de
JUNDIAI - SP.

.EP.

FLS. 5
PROC 14662
19647

FLS. 6
PROC 14662
19647



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO TC-4085/76/5

Câmara Municipal de Jundiaí - NEGOCIAÇÃO

Município de Jundiaí. Prestação de contas e balanço geral do exercício de 1975. Parecer no sentido da aprovação das contas da Mesa da Câmara, do Departamento de Água e Esgoto, da Faculdade de Medicina, da Escola Superior de Educação Física e no da rejeição das da Prefeitura Municipal, representando-se quanto a estas últimas, à Procuradoria Geral da Justiça para a consideração que merecer.

PARECER

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo TC-4085/76/5, em que o Prefeito, a Mesa da Câmara, o Departamento de Água e Esgoto, a Faculdade de Medicina, a Escola Superior de Educação Física do Município de Jundiaí prestam contas de suas administrações financeira e orçamentária relativas ao exercício de 1975, a Primeira Câmara, em sessão de 29 de dezembro passado, pelo voto dos Conselheiros Nelson Marcondes do Amaral, Relator, Aécio Meninucci, Presidente, e Orlando Gabriel Zancaner, emitiu parecer no sentido da aprovação das contas da Mesa da Câmara e das Autarquias e no da rejeição das da Prefeitura Municipal, representando-se quanto a estas últimas, à Procuradoria Geral da Justiça para a consideração que merecer.

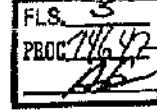
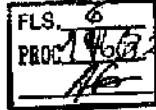
Sala das Sessões, em 23 de janeiro de 1979.

AÉCIO MENNUCCI - Presidente

NELSON MARCONDES DO AMARAL - Relator

publicado, na íntegra, no
"Diário Oficial" de 25/11/19
Conferido por *Alelo e Rosa*
S. D. G. I.O.I. em 29/11/19

segue p. 443/152
anexo
out 31-1-79
verif.



Imprensa Oficial, 26/04/79.

PROCESSO TC-4085/76/5

Município de Jundiaí, Prestação de contas e balanço geral do exercício de 1975. Parecer no sentido da aprovação das contas da Mesa da Câmara, do Departamento de Água e Esgoto, da Faculdade de Medicina, da Escola Superior de Educação Física e no da rejeição das da Prefeitura Municipal, representando-se quando a estas últimas, a Procuradoria Geral da Justiça para a consideração que merecer.

P A R E C E R

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo TC-4085/76/5, em que o Prefeito, a Mesa da Câmara, o Departamento de Água e Esgoto, a Faculdade de Medicina, a Escola Superior de Educação Física do Município de Jundiaí prestam contas de suas administrações financeira e orçamentária relativas ao exercício de 1975, a Primeira Câmara, em sessão de 29 de dezembro p. passado, pelo voto dos Conselheiros Nelson Marcondes do Amaral, Relator, Aécio Menucci, Presidente, e Orlando Gabriel Zancaner, emitiu parecer no sentido da aprovação das contas da Mesa da Câmara e das Autarquias e no da rejeição das da Prefeitura Municipal, representando-se quanto a estas últimas, à Procurado-

ria Geral da Justiça para a consideração que merecer.

Sala das Sessões,
em 23 de janeiro de 1979
AÉCIO MENUCCI - Presidente
NELSON M. DO AMARAL
Relator



Câmara Municipal de Jundiaí

São Paulo

cópia

F.S.
19001862
AB

147
AB

Em 30 de abril de 1979.

CAV-4-79-4
proc. 14.647

Exmo. sr.
ERCILIO CARPI
D.D. Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento.

Encaminho-lhe, nos termos do art. 224, e seus §§, do Regimento Interno, o processo nº TC-4.085/76/5, do Tribunal de Contas do Estado de S. Paulo, com o parecer de mesmo número, sobre as contas municipais de 1975.

Destaque-se que essa Comissão terá prazo improrrogável de 30 (trinta) dias para emitir parecer sobre as contas, acompanhado do competente projeto de decreto legislativo, sob pena de ser encaminhado à ordem do dia apenas o parecer do Tribunal de Contas.

A V.Exa., mais, protestos de respeito e consideração.

Elio Zillo
Presidente

ANEXO: processo TC-4.085/76/5, do TCE.-

S.
04/10/62
Hb

FLS.
PROC 1967
Hb

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ
Comissão de Finanças e Orçamento

ao Vereador sr. Antônio Tavares

para relatar no prazo de 25 dias.

Em 03 de Maio de 1977


Presidente



COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PROCESSO N° 14647

Contas do exercício de 1975 da Prefeitura Municipal, da Mesa da Câmara Municipal, do Departamento de Águas e Esgotos, da Faculdade de Medicina de Jundiaí e da Escola Superior de Educação Física de Jundiaí.

PARECER N° 383

No Parecer nº TC-4.085/76/5, do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de S. Paulo, que tem a função precípua de analisar e fiscalizar tecnicamente todos os lançamentos contábeis dos órgãos de administração pública, pudemos constatar que a atitude principal tomada por seus representantes foi a de demonstrar algumas pequenas falhas encontradas nas contas do exercício de 1975 da Prefeitura Municipal, sendo que a maioria dos lançamentos pôde ser considerada regular.

O próprio Secretário-Diretor Geral daquela Comissão entendeu em seu relato, a fls. 432/434 do processo, que as falhas encontradas poderiam ser relevadas, em se considerando a complexidade da contabilidade que as prefeituras e autarquias encontram. Citou, inclusive, em seu relatório, que essas falhas eventuais poderiam ser facilmente sanadas, dentro da normalidade de que a contabilidade pública possililita aceitar, e demonstrou, mais, em sua manifestação (contrária à de seus preopinantes), que as irregularidades encontradas não serviriam, basicamente, para que fosse dado parecer da forma como se verificou, com tanto rigor ou pertinácia.

Note-se, também, que foram relevadas as falhas encontradas nas contas da Faculdade de Medicina, recebendo, portanto, parecer favorável daquele egrégio órgão, bem assim as contas do Departamento de Águas e Esgotos, da Escola Superior de Educação Física de Jundiaí e da Câmara Municipal. Embora houvesse apontado, nesta última, a irregularidade do recebimento de verba de representação pelo seu Presidente, aquele órgão, fazendo recomendação a respeito, pôde considerar normais e regulares as contas, e, em assim sendo, aprovadas.

Entretanto, entendeu o Egrégio Tribunal rejeitar



Câmara Municipal de Jundiaí
São Paulo

E. 10
19662 FLS.
PROG. 1767
AB

(parecer CFO 383, fls. 2)

as contas da Prefeitura Municipal e enviá-las à Procuradoria Geral da Justiça, para a consideração que merecerem.

Embora possamos considerar um excesso de zelo daquela Corte, não temos, em hipótese alguma, inclinação ou posição diferente para tentar procurar modificar aquele parecer, mui principalmente relevando-se o trabalho existente em anexo à documentação do processo, e de que tomamos pleno conhecimento em detalhes.

De qualquer forma, temos que considerar que, se erros houve, devem ser corrigidos, para que não se tornem em vício, e é por isso mesmo que um órgão como o Tribunal de Contas permanece dentro da técnica contábil, cumprindo sua competência e exigindo a perfeição nos lançamentos e a comprovação de todos os itens pertinentes ao seu setor. Como técnico que também somos, não podemos, evidentemente, contestar essa manifestação e desejo do Egrégio Tribunal, pois, se realmente tudo estiver correto, nada se deve temer.

Admitem-se erros em qualquer atividade pública e dá-se a todos oportunidade para que se defendam, provando o contrário, através de demonstração de documentos legais, de alternativas que as leis possibilitam para o jogo das contas ou de lançamento desses documentos, embora em atraso.

Se, politicamente, achamos que a atitude do Tribunal poderia ser tomada de forma mais amena, temos, tecnicamente, que acompanhá-la, acolhendo, pois, em conclusão, o seu parecer, e apresentando, em apartado, nos termos regimentais, projeto de decreto legislativo que aprova as contas do Legislativo e das autarquias e rejeita as da Prefeitura Municipal.

Sala das comissões, 29-5-1979.

APROVADO EM 31-5-1979.-

ERCILIO CARPI
LAZARO DE ALMEIDA
215x318 mm

/az

ANTONIO TAVARES
Relator.

DUTLIO BUZANELI
ARLOVALDO ALVES
31-5-79



CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ
ESTADO DE SÃO PAULO

FLS. 11
PRO001 1462
26

FLS. 2
PRO001 1463
26

GABINETE DO PRESIDENTE

(proc. 14.647)

Exarado pela Comissão de Finanças e Orçamento, no prazo regimental, o Parecer nº 383, sobre as contas municipais do exercício financeiro de 1975, protocole-se e encaminhe-se à ordem do dia, nos termos do art. 225 do Regimento Interno, o projeto de decreto legislativo que o acompanha, passando este processo nº 14.647 a instruí-lo.

Elio Zillo

Presidente

31-5-1979

* az

ANDAMENTO DO PROCESSO

PLS. 42
PROC. 14662

"OBSERVAÇÕES"

A N E X O S

Ela 1/2. 24/4/75. 4B

AUTUADO EM 24/4/79

 DIRETOR GERAL

13
FLS.
PROJ 14-669
M.R.



Câmara Municipal de Jundiaí
S. P.

REQUERIMENTO N. 576

Sr. Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ	
<u>APROVADO</u>	
Sala das Sessões, em	12-6-79
Presidente	

REQUEIRO à Mesa, na forma regimental, ouvido o Plenário, PREFERÊNCIA para a discussão única do PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 205, da COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO.

Sala das sessões, 12-6-79

ARIOLVALDO ALVES

az

*

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

FOLHA DE VOTAÇÃO NOMINAL

FLS
PROC 14/1662
AB

SESSÃO

DISCUSSÃO DO PROJETO DE LEI N°

DISCUSSÃO DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N°

DISCUSSÃO DO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N°... 205

VETO AO PRJETO DE LEI N°

MOÇÃO N°

SUBSTITUTIVO N°

EMENDA N°

REQUERIMENTO N°

V E R E A D O R E S	APROVO	MANTENHO	REJEITO
1 - Antonio Tavares	A	A	
2 - Ari Castro Nunes Filho	—	P	
3 - Ariovaldo Alves	A	P	
4 - Auçonio Tozetto	A	A	
5 - Duílio Buzaneli	A	A	
6 - Edmar Correia Dias	A	A	
7 - Elio Zillo	—	P	
8 - Ercilio Carpi	P	P	
9 - Henrique Victório Franco	A	A	
10 - Jorge Roque de Moura	A	P	
11 - José Rivelli	—	P	
12 - Lázaro de Almeida	P	P	
13 - Lázaro de Oliveira Dorta	A	P	
14 - Lázaro Rosa	—	P	
15 - Pedro Osvaldo Beagim	A	A	
16 - Randal Juliano Garcia	—	P	
17 - Tarcisio Germano de Lemos	A	P	
T O T A L	13		

Sala das Sessões, em ___ / ___ / ___

Presidente.

1º Secretário.

2º Secretário.



proc. nº 14.662
câmara municipal de jundiaí
estado de são paulo

FLS.
PROC. 14.662
APL

GABINETE DO PRESIDENTE

DECRETO LEGISLATIVO Nº 177, DE 15 DE JUNHO DE 1979

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, Estado de São Paulo, de acordo com o que deliberou o Plenário, na Sessão Ordinária de 12 de Junho de 1979, PROMULGA o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Ficam aprovadas as contas do exercício de 1975 da Mesa da Câmara Municipal de Jundiaí, do Departamento de Águas e Esgotos, da Faculdade de Medicina de Jundiaí e da Escola Superior de Educação Física de Jundiaí.

Art. 2º Ficam rejeitadas as contas do exercício de 1975 da Prefeitura Municipal de Jundiaí.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

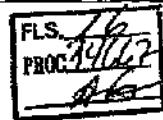
Câmara Municipal de Jundiaí, em quinze de Junho de mil novecentos e setenta e nove (15-6-1979).

ELIO ZILLO

Presidente

Registrado e publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Jundiaí, em quinze de Junho de mil novecentos e setenta e nove (15-6-1979).

Dr. ARCHIPPO FRONZAGLIA JÚNIOR
Diretor Legislativo.



Imprensa Oficial, 21/06/79

**DECRETO LEGISLATIVO No. 177,
DE 15 DE JUNHO DE 1979.**

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, Estado de São Paulo, de acordo com o que deliberou o Plenário, na Sessão Ordinária de 12 de junho de 1979, PROMULGA o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º. — Ficam aprovadas as contas do exercício de 1975 da Mesa da Câmara Municipal de Jundiaí, do Departamento de Águas e Esgotos, da Faculdade de Medicina de Jundiaí e da Escola Superior de Educação Física de Jundiaí.

Art. 2º. — Ficam rejeitadas as contas do exercício de 1975 da Prefeitura Municipal de Jundiaí.

Art. 3º. — Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Jundiaí, em quinze de junho de mil novecentos e setenta e nove (15-6-1979).

(ÉLIO ZILLO)
Presidente

Registrado e publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Jundiaí, em quinze de junho de mil novecentos e setenta e nove (15-6-1979).

DR. ARCHIPPO
FRONZAGLIA JÚNIOR
Diretor Presidente

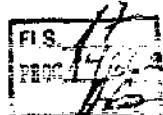
RETIFICAÇÃO

28-06-79

Retificação da Edição de 21-6-1979
DECRETO LEGISLATIVO No. 177,
DE 15-6-1979 no fecho,
onde se lê: "Diretor Presidente"
leia-se: "Diretor Legislativo"



Câmara Municipal de Jundiaí
São Paulo



cópia

18

julho

79

PM.7/79/1

Exmo. Sr.
Pedro Fávaro,
DD. Prefeito Municipal de
Jundiaí.

Conforme deliberação do Plenário, havida na sessão ordinária de 12-6-1979, a Presidência promulgou o Decreto Legislativo nº 177, de 15-6-1979, publicado em 21-6-1979, que aprova as contas municipais do exercício de 1975, à exceção das da Prefeitura Municipal.

Juntando, a este ofício, cópia do citado Decreto Legislativo e os originais do processo nº TC-4085/76/5, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de apreciação prévia das contas em questão, informamo-lo da remessa, nesta data, à Promotoria de Justiça da 1a. Vara Criminal da Comarca, de cópia das peças referentes às contas rejeitadas, nos termos da Lei Orgânica dos Municípios, art. 25, XV, "c".

A V. Exa. apresentamos, mais, as nossas - saudações.

Elio Zillo,
Presidente.

anexo: cópia do Decreto Legislativo nº 177/79 e originais do processo nº TC-4085/76/5, do Tribunal de Contas do Estado.

200x300 mm

ss.



18

July 1960

79

DRP. 7/79/24

Ilmo. Sr.
Dr. Paulo Roberto Ayres de Camargo,
MD. Promotor de Justiça da 1a. Vara Criminal da Comarca.
Jundiaí.

Conforme deliberação do Plenário, havida na sessão ordinária de 12-6-1979, a Presidência promulgou o Decreto Legislativo nº 177, de 15-6-1979, publicado em 21-6-1979, que aprova as contas municipais do exercício de 1975, à exceção das da Prefeitura Municipal.

Juntando cópia do citado Decreto Legislativo, remetemos à sua consideração, com este ofício, nos termos da Lei Orgânica dos Municípios, art. 25, XV, "c", cópia autêntica das peças do processo nº TC-4085/76/5, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, referentes à apreciação prévia das contas rejeitadas pelo Legislativo, a saber:

processo nº TC-4085/76/5: fls. 01/13; 35/255; 390/402; e
422/458.

anexo do processo nº TC-4085/76/5; fls. 1/140.

A V. Exa. apresentamos, mais, as nossas saudações.

Elle 2110.
Presidente:

anexo: cópia do Decreto Legislativo nº 177/79; e
cópia autêntica das fls. referidas do processo nº
TC-4085/76/5, do Tribunal de Contas do Estado de S.Paulo.

ANDAMENTO DO PROCESSO

"OBSERVAÇÕES"

ANEXOS

pp. 1/2. 4/6/75. AB. fls. 12/12. 10/9/75. AB.

AUTUADO EM 31.05.92

DIRETOR GERAL